A política anticorrupção e o Corrupt Practices Investigation Bureau

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O pano de fundo colonial

A corrupção tornou-se ilegal nos Estabelecimentos dos Estreitos (Straits Settlements) em 1871, com a promulgação do Código Penal descrito no capítulo B.I. Pouca ação concreta se seguiu. A primeira legislação anticorrupção específica foi a Prevention of Corruption Ordinance de dezembro de 1937, de alcance limitado. Sua revisão em 1946 tornou os crimes de corrupção passíveis de prisão sem mandado e deu à polícia poderes mais amplos. A repressão cabia ao Anti-Corruption Branch da polícia, arranjo que obrigava a polícia a investigar a si mesma. Sua fragilidade tornou-se pública em 1951. Uma carga de 1.800 libras de ópio, avaliada em 400.000 dólares, foi roubada na praia de Punggol por uma quadrilha que incluía detetives da polícia. Poucos dos envolvidos foram processados. O escândalo levou à criação do Corrupt Practices Investigation Bureau (CPIB, o órgão de investigação da corrupção) em setembro de 1952, independente da polícia e inicialmente subordinado ao Attorney-General.[1] O órgão nasceu, assim, como resposta à

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

corrupção na instituição que deveria combatê-la. Essa origem explica um princípio que o orienta desde então: a corrupção é investigada por um órgão situado fora da hierarquia que investiga.

O Prevention of Corruption Act 1960

O People's Action Party chegou ao poder em 1959 com um programa que fazia do governo limpo uma promessa central.[2] Naquele ano, o órgão foi transferido para o Ministério do Interior, que lhe deu sede própria em 1960. O passo decisivo foi legislativo. O Prevention of Corruption Act, datado de 17 de junho de 1960, substituiu a ordenança colonial por uma lei destinada a "prever uma prevenção mais eficaz da corrupção".[3] Após mudanças na década de 1960, o órgão voltou em 1969 ao Gabinete do Primeiro-Ministro, onde permanece.[4]

A lei assenta numa definição ampla de corrupção. Abrange vantagens de todo tipo, oferecidas ou aceitas como incentivo ou recompensa, por qualquer pessoa, tanto no setor público quanto no privado. As penas por acusação são multa de até 100.000 dólares, prisão de até cinco anos ou ambas, elevada a sete anos quando o caso envolve um contrato com o governo ou um órgão público. A lei presume que uma vantagem dada a um empregado do governo ou de um órgão público foi dada de forma corrupta, salvo prova em contrário. Seu alcance se estende a atos de corrupção praticados no exterior por cidadãos de Singapura, enquanto a identidade dos informantes é protegida e as propinas são objeto de perdimento.[5]

A disposição extraterritorial merece destaque num livro sobre um centro financeiro. Um cidadão de Singapura que paga propina para obter um contrato num país vizinho comete um crime que pode ser processado em seu país, como se o ato tivesse sido praticado em Singapura. A disposição antecipou em várias décadas os crimes de suborno transnacional que a Convenção Antissuborno da OCDE mais tarde exigiu de seus signatários. Seus limites também são claros. Aplica-se a cidadãos e não alcança, por si só, estrangeiros que trabalham para empresas de Singapura no exterior, lacuna que as regras gerais sobre responsabilidade penal das empresas, discutidas no capítulo H.V, fecham apenas em parte.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Organização, poderes e prestação de contas

O órgão descreve-se hoje como uma agência governamental vinculada ao Gabinete do Primeiro-Ministro, com independência funcional. Seu diretor responde ao Primeiro-Ministro. É a única agência autorizada a investigar crimes de corrupção previstos na lei, nos setores público e privado. Pode também investigar outros crimes com que se depare no curso de seu trabalho.[6]

A localização do órgão dentro do gabinete do chefe de governo levanta uma questão óbvia. Quem investiga o Primeiro-Ministro, ou um ministro que o Primeiro-Ministro deseje proteger? A Constituição responde por meio do artigo 22G. Quando o Primeiro-Ministro recusa o consentimento para uma investigação, o diretor pode prosseguir se o Presidente, agindo a seu critério, concordar.[7] Seu valor está sobretudo em sua existência, que coloca um segundo cargo eletivo entre o órgão e qualquer tentativa de barrar uma investigação.

Outras salvaguardas são internas. Um Complaints Evaluation Committee foi criado em 1989 para examinar o tratamento das denúncias. No mesmo ano, o Corruption (Confiscation of Benefits) Act deu ao Estado o poder de confiscar o produto da corrupção. Singapura assinou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção em 11 de novembro de 2005.[8]

Vontade política no topo: de Wee Toon Boon a Iswaran

A credibilidade de um regime anticorrupção é testada por casos contra os poderosos. Em 1975, Wee Toon Boon, ministro de Estado do Meio Ambiente, foi condenado por corrupção. Recebeu pena de quatro anos e seis meses, reduzida em recurso para dezoito meses.[9] Em 1986, o órgão investigou Teh Cheang Wan, ministro do Desenvolvimento Nacional, por propinas que teriam sido pagas por incorporadoras privadas em 1981 e 1982. Ele tirou a própria vida em 14 de dezembro de 1986, antes de ser denunciado. O primeiro-ministro Lee Kuan Yew leu a carta de despedida de Teh no Parlamento em 26 de janeiro de 1987. Sua conclusão do caso foi que um ministro não tinha como escapar de investigações, nem de um julgamento se houvesse provas que o justificassem.[10]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O teste mais recente veio quase quatro décadas depois. Em julho de 2023, o órgão abriu uma investigação contra S. Iswaran, ministro dos Transportes, relacionada a presentes recebidos de empresários, entre eles o promotor do Grande Prêmio de Singapura. Ele foi denunciado em janeiro de 2024 e, em 24 de setembro de 2024, confessou quatro acusações de obtenção de bens de valor como servidor público, nos termos da seção 165 do Código Penal, e uma acusação de obstrução da justiça, nos termos da seção 204A. Duas acusações originalmente formuladas com base no Prevention of Corruption Act haviam sido convertidas em acusações da seção 165. Em 3 de outubro de 2024, o juiz Vincent Hoong condenou-o a doze meses de prisão, quase o dobro dos seis a sete meses pedidos pela acusação, que o juiz qualificou de manifestamente insuficientes. Iswaran começou a cumprir a pena em 7 de outubro de 2024. Foi o primeiro ministro denunciado e julgado em juízo desde Wee Toon Boon.[11]

O episódio traz duas lições para o centro financeiro. A primeira é que o sistema alcançou um ministro em exercício e suas relações com um dos empresários mais destacados do país. A segunda diz respeito à forma do caso. A acusação optou por proceder com base na seção 165, que pune a aceitação de bens de valor por um servidor público de pessoas com quem mantém relações oficiais, sem necessidade de provar um acordo corrupto.[12] Essa escolha ilustra como o direito de Singapura protege a integridade do cargo mesmo quando a corrupção em sentido estrito não pode ser provada. Explica também por que se recomenda às empresas estrangeiras extrema cautela com presentes e hospitalidade oferecidos a autoridades.

A corrupção no setor privado e nas finanças

Os casos atuais do órgão são dominados pelo setor privado. Em 2025, ele recebeu 160 denúncias relacionadas à corrupção, dez por cento menos que as 177 de 2024, e registrou 68 delas como novos casos para investigação. Das 90 pessoas processadas, 84, ou 94%, vinham do setor privado. A taxa de condenação, incluindo as desistências, foi de 91%.[13] O padrão reflete mais o êxito no setor público do que uma fraqueza particular das empresas. Onde as autoridades deixaram de aceitar propinas, os casos restantes dizem respeito a compras dentro de empresas, comissões ilícitas na construção e na logística e ao suborno de empregados por fornecedores.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Para as instituições financeiras, a lei importa de três maneiras. Empregados de banco que aceitam incentivos para aprovar empréstimos, direcionar negócios ou ignorar irregularidades cometem crimes previstos na seção 6, que abrange agentes no setor privado. Bancos que pagam incentivos para obter mandatos de entidades estatais no exterior expõem seus funcionários com cidadania singapuriana à disposição extraterritorial. Sobretudo, os bancos guardam o dinheiro. O produto da corrupção estrangeira circula por contas em centros financeiros. A exposição de Singapura a esse risco ficou evidente no caso 1MDB, examinado no capítulo E.VI. O regime anticorrupção e o regime de combate à lavagem de dinheiro encontram-se, portanto, no balcão do banco privado.

Notas

1. Corrupt Practices Investigation Bureau, "Our Heritage", cpib.gov.sg (acesso em novembro de 2026): em 1871 "corruption was made illegal"; "the first anti-corruption legislation was introduced with the enactment of the Prevention of Corruption Ordinance (POCO)" em dezembro de 1937; revisão em 1946. Corrupt Practices Investigation Bureau, "Our Heritage", cpib.gov.sg (acesso em novembro de 2026): em 1951 "a consignment of 1,800 pounds of opium worth $400,000 was hijacked at Punggol Beach", com detetives da polícia entre os assaltantes; "the inception of the Corrupt Practices Investigation Bureau in September 1952", sob a alçada do Attorney-General. ↩
2. Wikipedia, "Politics of Singapore" (acesso em novembro de 2026): Singapura é "governed by the People's Action Party (PAP) since 1959". ↩
3. Prevention of Corruption Act 1960, 2020 Revised Edition, Singapore Statutes Online (sso.agc.gov.sg, acesso em novembro de 2026), long title: "An Act to provide for the more effectual prevention of corruption. [17 June 1960]". ↩
4. Corrupt Practices Investigation Bureau, "Our Heritage", cpib.gov.sg (acesso em novembro de 2026): 1959, "the CPIB was transferred to the Ministry of Home Affairs"; "CPIB was given its own office space in 1960". Corrupt Practices Investigation Bureau, "Our Heritage", cpib.gov.sg (acesso em novembro de 2026): vinculado ao Gabinete do Primeiro-Ministro em 1963,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

transferido para as Attorney-General's Chambers em 1965, de volta ao Gabinete do Primeiro-Ministro em 1969, onde "has since remained under the PMO". ↩

5. Wikipedia, "Corrupt Practices Investigation Bureau" (acesso em novembro de 2026), resumindo o Prevention of Corruption Act: alcance extraterritorial sobre atos de corrupção praticados por cidadãos de Singapura no exterior; multa de até S$ 100.000 e/ou prisão de até cinco anos por acusação, sete anos para contratos com o governo; presunção de que vantagens dadas a certos empregados do governo ou de órgãos públicos são corruptas; perdimento das propinas; proteção dos informantes. O sumário da lei em Singapore Statutes Online (acesso em novembro de 2026) lista a s. 6 "Punishment for corrupt transactions with agents", a s. 7 "Increase of maximum penalty in certain cases", a s. 8 "Presumption of corruption in certain cases" e a s. 37 "Liability of citizens of Singapore for offences committed outside Singapore". ↩

6. Corrupt Practices Investigation Bureau, "Roles & Functions", cpib.gov.sg (acesso em novembro de 2026): o CPIB é "a government agency under the Prime Minister's Office, operating with functional independence"; é "the only agency authorised to investigate corruption offences under the Prevention of Corruption Act 1960", nos setores público e privado, e pode investigar outros crimes previstos em qualquer lei escrita. ↩

7. Constitution of the Republic of Singapore, art. 22G, texto em constituteproject.org ("Singapore 2016", acesso em novembro de 2026): não obstante a recusa do consentimento do Primeiro-Ministro, "the Director may make such inquiries or carry out investigations into such information, allegation or complaint" se "the President, acting in his discretion, concurs therewith". Wikipedia, "Corrupt Practices Investigation Bureau" (acesso em novembro de 2026): o diretor "reports directly to the Prime Minister but may also additionally report to the President". ↩

8. Corrupt Practices Investigation Bureau, "Our Heritage", cpib.gov.sg (acesso em novembro de 2026): "A Complaints Evaluation Committee was set up in 1989"; o Corruption (Confiscation of Benefits) Act foi promulgado no mesmo ano. Corrupt Practices Investigation Bureau, "Our Heritage", cpib.gov.sg

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

(acesso em novembro de 2026): Singapura assinou a UN Convention Against Corruption (UNCAC) em 11 de novembro de 2005. ↩

9. Wikipedia, "Corruption in Singapore" (acesso em novembro de 2026): Wee Toon Boon "was found guilty of corruption and sentenced to four years and six months in prison", pena depois reduzida para 18 meses em recurso. Corrupt Practices Investigation Bureau, "Our Heritage", cpib.gov.sg: a condenação mostrou a execução da vontade política pelo órgão "in an impartial manner". ↩
10. Wikipedia, "Teh Cheang Wan" (acesso em novembro de 2026): supostas propinas em 1981 e 1982 de empresas privadas; morreu em 14 de dezembro de 1986, antes de ser denunciado; Lee Kuan Yew leu a carta de suicídio no Parlamento em 26 de janeiro de 1987; Lee: "there is no way a Minister can avoid investigations, and a trial if there is evidence to support one" (o artigo cita *The Straits Times*, 27 de março de 2015). O artigo é contraditório quanto ao valor ("two bribes of $400,000 each" numa passagem, "bribes totaling $1 million" em outra), por isso o texto não indica valor. Wikipedia, "Corruption in Singapore" (acesso em novembro de 2026): Teh morreu em 14 de dezembro de 1986, antes da apresentação da denúncia. ↩
11. Wikipedia, "Prosecution of S. Iswaran" (acesso em novembro de 2026): investigação iniciada em 11 de julho de 2023; primeira denúncia em 18 de janeiro de 2024; duas acusações com base na seção 6(a) do Prevention of Corruption Act convertidas em acusações da seção 165 do Código Penal; em 24 de setembro de 2024, confessou quatro acusações da seção 165 e uma da seção 204A(a). Wikipedia, "Prosecution of S. Iswaran" (acesso em novembro de 2026): em 3 de outubro de 2024, o juiz Vincent Hoong condenou-o a 12 meses de prisão, sendo o pedido da acusação de seis a sete meses "manifestly inadequate"; começou a cumprir a pena em 7 de outubro de 2024 e passou à prisão domiciliar em 7 de fevereiro de 2025. Wikipedia, "Prosecution of S. Iswaran" (acesso em novembro de 2026): o primeiro ministro denunciado e julgado em juízo desde Wee Toon Boon, em 1975. Freedom House, *Freedom in the World 2025: Singapore* (acesso em novembro de 2026): "He was the first political official in decades to be tried for corruption in Singapore." ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

12. Penal Code 1871, s. 165 (servidor público que obtém qualquer bem de valor, sem contraprestação, de pessoa interessada em qualquer procedimento ou negócio por ele conduzido). ↩
13. Corrupt Practices Investigation Bureau, "Effective Enforcement and Collective Action Key to Keeping Singapore Corruption Free", comunicado à imprensa, 28 de abril de 2026: 160 denúncias em 2025, "a 10% decrease from the 177 corruption-related reports received in 2024"; 68 casos registrados; 90 pessoas processadas, das quais 84 (94%) do setor privado; taxa de condenação de 100% excluindo e de 91% incluindo as desistências. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com